

S.



R.

MUNICÍPIO DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-952

EDITAL N.º 124/2015

ANTÓNIO MIGUEL VENTURA PINA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO, FAZ SABER QUE:

1º Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 1084º e os n.ºs 3 e 4 do artigo 1083 ambos do Código Civil, se considera notificada a Sra. Maria da Encarnação, arrendatária da fração sita no Bairro Fundo do Fomento de Habitação, Bloco E7 – 2.º Esq., freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, inscrita na matriz predial respetiva sob o artigo n.º 5140, da decisão de resolução do contrato de arrendamento celebrado aos 19 de agosto de 1997, porquanto, decorrido o respectivo prazo de audiência de interessados, se verifica que efetivamente, se encontra em mora superior a dois meses no pagamento da renda, nomeadamente mantendo em dívida as rendas referentes aos meses de fevereiro, agosto e novembro de 2011, agosto e outubro de 2012, janeiro, abril e julho de 2013, abril, julho e setembro de 2014, no valor total de € 137,83 valor ao qual acrescem juros à taxa legal em vigor, o que perfaz a quantia de € 206,75 (duzentos e seis euros e setenta e cinco cêntimos);

2º Mais se informa que, na sequência do exposto, dispõe de um prazo de 60 dias, para a respetiva desocupação e entrega voluntária da habitação, deixando-a livre de pessoas e bens, devendo proceder à entrega das respectivas chaves na Câmara Municipal de Olhão;

S.



R.

MUNICÍPIO DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-952

3º Caso não seja cumprida voluntariamente a obrigação de desocupação e entrega da habitação a este Município, e findo o prazo fixado anteriormente, proceder-se-á ao despejo imediato cabendo a sua execução às autoridades policiais competentes;

4º Se, aquando do acesso à habitação pelo senhorio subsequente a qualquer caso de cessação do contrato, houver evidência de danos na habitação, de realização de obras não autorizadas ou de não realização das obras exigidas ao arrendatário nos termos da lei ou do contrato, o senhorio tem o direito de exigir o pagamento das despesas por si efetuadas com a realização das obras necessárias para reposição da habitação nas condições iniciais, acrescidas de 25 %;

5º Salvo acordo em sentido diferente, quaisquer bens móveis deixados na habitação, após qualquer forma de cessação do contrato e tomada de posse pelo senhorio, são considerados abandonados a favor deste, que deles pode dispor de forma onerosa ou gratuita, sem direito a qualquer compensação por parte do arrendatário;

6º Esta forma de notificação é utilizada em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal, sendo que, por este meio se considera a visada notificada, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo;

E para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e sítio da Câmara Municipal (www.cm-olhao.pt).

Olhão, sede do Município, aos 25 de setembro de 2015


O Presidente da Câmara Municipal de Olhão